

AUTÁRQUICAS 2021



PROGRAMA ELEITORAL

CONCELHO DE TORRES VEDRAS



**Investir nas Pessoas
Garantir o Futuro**

Quem somos, o que queremos	3
Que desafios enfrentamos	4
O que propomos	5
1. Responder à crise social e económica agravada pela pandemia	5
2. Garantir o direito à habitação digna	7
3. Lutar pelo clima e mudar a mobilidade	9
3.1. Transição climática	9
3.2. Mobilidade e Transportes públicos de qualidade	11
3.3. Política de Resíduos	12
3.4. Proteção Civil e Segurança das Populações	13
4. Combater as desigualdades sociais e reforçar os serviços públicos	14
4.1. Por um urbanismo centrado nas pessoas	14
4.2. Na defesa da água como um direito humano	15
4.3. Pelo direito a uma vida autónoma e independente	16
4.4. Inclusão e Acessibilidade	17
4.5. Reforço do Acesso à Saúde	18
4.6. Defesa de um Ensino Público universal e de qualidade	20
4.7. Democratizar a Cultura	22
4.8. Concelho amigo dos animais	24
4.9. Direitos laborais, economia e combate à precariedade na autarquia	25
5. Defender a inclusão e a igualdade plena	26
5.1. Violência contra as mulheres e discriminação LGBTQI+	26
5.2. Vencer o racismo e a xenofobia	27
5.3. Combater a pobreza	28
6. Democracia, transparência e combate à corrupção	29
6.1. Melhorar a governação local e combater a corrupção	29
6.2. Transferência de competências	30
6.3. Por uma verdadeira regionalização com Democracia	31
6.4. Freguesias: reverter a lei e respeitar a vontade popular	32
6.5. Reforçar financiamento para melhorar respostas à população	33



Quem somos, o que queremos

Revemo-nos em cada cidadã e cidadão, nas suas carências e lutas. Somos um projeto construído por pessoas para as pessoas. Esta equipa que se apresenta às autárquicas de Torres Vedras é plural, não faz da política profissão mas sim veículo para fazer ouvir a sua voz, incitar discussões e fazer propostas. Somos gente que luta, trabalha e de princípios.

Homens e mulheres, bloquistas e independentes, preparados para as mudanças que Torres Vedras precisa, que se encontram nesta luta para uma vida melhor e mais justa para as nossas gentes. Uma equipa generosa e diversa que vive e sente Torres Vedras.

As nossas listas são compostas por gente do povo, gente que trabalha, estudantes, migrantes, homens e mulheres que vivem de perto os problemas que afetam este concelho, que sentem na pele a diferença que sente quem faz parte do comum dos cidadãos e tem que lutar todos os dias por vidas dignas.

Somos democratas na plenitude do termo. Lutamos pelos Direitos Humanos para todos sem exceção e trabalharemos de acordo com a força que os torrienses nos confiarem, na certeza que cá estaremos após as eleições, como sempre estivemos.

O Bloco apresenta-se como alternativa de esquerda, com listas próprias, abertas a independentes, com uma equipa competente para fazer a diferença na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas Freguesias, com transparência, regras claras, proximidade e escrutínio popular no combate à corrupção.

Este programa, reflete o nosso compromisso com um futuro melhor e digno para todas e todos. Assim, somos combate por uma transição ambiental justa, empregos para o clima; mobilidade assente nas pessoas, meios de transporte leves e transportes públicos abrangentes; saúde pública de qualidade para todos; uma escola inclusiva e mais democrática; garantir o direito à habitação; proteção em todas as fases da vida, da creche aos serviços de apoio domiciliário para idosos; pela igualdade plena, contra o racismo, xenofobia, machismo e LGBTIQ+fobia.



Que desafios enfrentamos

A crise pandémica revelou as enormes fragilidades do nosso país e agravou as desigualdades de sempre e sabemos que nada será como antes.

A política local é a primeira linha na resposta à crise e não deixamos ninguém para trás. No momento mais difícil, juntamos forças na resposta às crises estruturais do nosso território.

Este é o momento de dar prioridade à coesão social e territorial e de ter a coragem de enfrentar os grandes poderes económicos para defender a habitação, o ambiente e a dignidade humana nas suas mais variadas formas.

Recusamos o continuísmo que nada fez para travar o aumento das desigualdades e que abandona tanta gente à sua sorte.

O maior concelho, em termos de área, do distrito de Lisboa tem que ter uma resposta digna a todos os níveis, que o coloque como referência positiva em todos os patamares de equidade social e económica.

“Torres Vedras”, não é só a cidade e Santa Cruz. Torres Vedras é urbano, rural e turístico. É verão e inverno, campo e cidade, litoral e interior, cidade, vilas, aldeias, casais, lugares, montes...

Identificamos os maiores problemas como sendo:

- **Centralização.** As disparidades entre freguesias do interior e da linha litoral são gritantes. O investimento público dá prioridade às construções desenfreadas em detrimento do necessário à melhor integração das populações residentes mais isoladas e da evolução das freguesias do interior.
- **Mobilidade.** A rede de transportes públicos é insuficiente e não serve todas as localidades, nem em quantidade, nem em qualidade, numa opção de rede de autocarros radial, onde parece apenas serem valorizadas as deslocações entre freguesias e a cidade. O plano de mobilidade centra-se em multas ao estacionamento, sem espaços urbanos centrados no peão, numa oferta de transportes públicos ineficazes e na pintura de traços na estrada, que passa assim a ser ciclovía.
- **Crise Climática.** Não existe uma visão estratégica integrada para enfrentar o colapso climático, que inclua medidas de mitigação, de adaptação e de resposta a perdas e danos.
- **Igualdade.** Os órgãos de poder local têm vergonha de se assumir contra o preconceito e a exclusão, não sendo dada prioridade ao combate à invisibilidade das pessoas migrantes, população LGBTQI+, vítimas de



violência doméstica e pessoas racializadas, permitindo a manutenção da invisibilidade de parte da população.

- **Habitação.** Casas sem condições de salubridade, eficiência energética e que não garantem o mínimo de conforto às pessoas. É imperativo fazer frente à especulação imobiliária com uma forte política de habitação pública, que garanta o direito à habitação digna, consagrado na constituição
- **Saúde.** O Hospital de Torres Vedras encontra-se a necessitar de investimento, sem espaço, sem condições em muitas valências, sem inúmeras especialidades como unidade de cuidados intensivos, maternidade ou internamento pediátrico. Não se pode descartar as responsabilidades com o hospital que temos, prometendo a construção de um outro.
- **Envelhecimento.** Não existem respostas públicas que garantam um envelhecimento digno para todas e todos.
- **Primeira Infância.** Não existem respostas públicas de creches e a oferta de jardins de infância não consegue dar resposta à procura.
- **Serviços públicos.** Necessidade de uma política ativa de prevenção e emancipatória dos mais carenciados e não de caridade.
- **Freguesias a duas velocidades,** interior e litoral; rural e urbano. Não queremos um concelho dividido nem cidadãos a duas velocidades. A reposição das freguesias e o reforço dos serviços prestados em cada uma, com qualidade e regularidade, é uma prioridade.

O que propomos

1. Responder à crise social e económica agravada pela pandemia

A pandemia veio mostrar as verdadeiras carências e dificuldades que sempre existiram. O município precisa de políticas que coloquem os direitos sociais e a saúde em primeiro plano.

Cresce o desemprego, que penaliza especialmente quem tem vínculos laborais precários, cresce também o número de trabalhadores/as sem apoio no desemprego ou com significativos cortes nos salários e ainda o trabalho informal.

A ação social não pode ser um parente pobre do orçamento municipal, principalmente num território visivelmente desigual e onde as manchas de pobreza e exclusão vão formando um conjunto de zonas esquecidas e invisíveis para os poderes públicos. As políticas sociais têm que ser entendidas pelo seu papel emancipador.



Pensar as políticas sociais de um território implica assumir o papel central que o poder local tem no combate às discriminações e na garantia de direitos para todas e para todos.

Se, numa situação de crise com a dimensão da que estamos a viver, as respostas de emergência são fundamentais, as medidas locais devem também ser elas estruturais e não assistencialistas. A autarquia tem de ter um papel ativo e preventivo, no terreno, junto das pessoas e não estar à espera de pedidos de ajuda.

Propomos:

- Aumentar e prolongar os apoios sociais para mitigar as consequências da pandemia na vida das pessoas;
- Assegurar a segurança alimentar de quem não tenha capacidade financeira para o fazer, criando novos e aumentando os atuais programas de apoio de refeições;
- Apoiar o comércio local, dinamizando plataformas on-line municipais que garantam a entrega de bens essenciais em casa das pessoas mais vulneráveis, em articulação com associações locais ou IPSS;
- Rever as taxas municipais e cobrança de serviços, adaptando-as ao nível económico de cada negócio e de cada família;
- Defender a garantia do fornecimento contínuo de qualquer serviço durante o período de pandemia COVID 19, sem lugar a qualquer corte de serviços essenciais, responsabilidade direta ou indireta dos municípios, tais como os Serviços Municipais de Água e Saneamento;
- Disponibilizar os recursos necessários ao desempenho escolar das crianças e dos jovens mais carenciados;
- Monitorizar permanentemente os fenómenos de pobreza e dinâmicas sociais no território;
- Reforçar as linhas de apoio psicossocial;
- Garantir apoio telefónico e atendimento presencial às vítimas de violência doméstica de forma a reforçar atendimentos e respostas de emergência;
- Criar programas de resposta às pessoas em situação de sem abrigo, nomeadamente através da abertura de “centros de alojamento de emergência” para estas pessoas, com direito a refeições, higiene pessoal e apoio na saúde;
- Implementar soluções de “Housing First - Casas Primeiro” adequadas e suficientes;
- Desenvolver programas municipais de saúde pública em articulação com o SNS, as organizações do setor e as autoridades de saúde, com especial enfoque na saúde das pessoas mais vulneráveis e na informação das medidas de proteção contra a COVID-19;
- Apoiar na disponibilização de locais seguros para isolamento profilático de quem não tem condições habitacionais para tal;



- Criar ou reativar as Comissões Sociais de Freguesia como garantia de uma maior proximidade com as populações;
- Realização de campanhas massivas de vacinação e testagem, em articulação com o SNS;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual e testes gratuitos à COVID-19.

2. Garantir o direito à habitação digna

Não ter acesso a habitação adequada é talvez a mais séria manifestação de exclusão social e pobreza.

Em Portugal, apenas 2% do parque habitacional é habitação pública, que pode pertencer ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) ou aos municípios. Em Torres Vedras, o parque público habitacional é reduzido e não corresponde às necessidades dos torrienses, nem tem efeito regulador no mercado.

No nosso país a maioria das famílias (74%) possui habitação própria com recurso a créditos bancários. Nos últimos anos, as despesas com habitação têm vindo a aumentar a um ritmo muito superior ao aumento dos salários, o que resulta em endividamento e vulnerabilidade a situações de crise e perda de rendimento.

Atualmente, a especulação imobiliária e o mercado de arrendamento liberalizado levam a maior fatia dos orçamentos familiares, constituindo um esforço financeiro potenciador de desigualdades e cerceador de padrões mínimos de qualidade de vida. Isto é visível em todo o concelho, mas especialmente na cidade, remetendo os cidadãos de baixos recursos para soluções precárias em zonas mais desfavorecidas, esvaziando a cidade, nomeadamente, de jovens.

A dificuldade no acesso à habitação digna afeta especialmente populações mais vulneráveis, como é o caso das populações migrantes, obrigadas a uma condição de cidadãos de segunda.

A acrescentar à insegurança no acesso à habitação, também são muitas as pessoas (2 milhões no país), que revelam não ter capacidade financeira para aquecer devidamente as suas casas no inverno.

O Poder Local tem a responsabilidade de se bater por soluções de habitação que protejam as pessoas da especulação imobiliária e dos preços inacessíveis praticados no mercado de arrendamento. Defender os inquilinos, travar despejos e assegurar uma regulação clara e justa quer no acesso à habitação, quer na promoção da atividade turística devem ser alguns dos focos da autarquia.



Propomos:

- Maior informação e mobilização orçamental da autarquia para a habitação, bem como a criação de departamentos e observatórios sobre as questões habitacionais, turísticas e de política de solos;
- Criação da figura do Provedor do Inquilino, do Conselho Local de Habitação, da Carta Municipal da Habitação, definição de zonas urbanísticas em situação de pressão habitacional, Relatório Municipal da Habitação, quotas - que propomos que sejam um mínimo de 25% - de habitação acessível ou condicionada em novas construções e a implementação de uma política de solos e de ordenamento do território que garanta a existência de solo e edificado disponível para habitação;
- Uma Estratégia Local de Habitação abrangente e integrada, que garanta investimento na habitação pública e no parque habitacional da autarquia para que essas casas sejam colocadas em arrendamento acessível para toda a população;
- Rendas acessíveis/condicionadas e apoio ao arrendamento para jovens e famílias menos favorecidas, promovendo oportunidades de fixação e de futuro para todas e todos;
- Retirar dos Regulamentos de Gestão do Parque Habitacional, disposições que limitam os direitos da população residente em Portugal, removendo alíneas que determinem períodos mínimos de residência no território municipal;
- Incremento de habitação social, investindo na cidade e no concelho e usando também a recuperação de edifícios e casas fechadas, para o efeito;
- Fazer levantamentos no terreno das reais carências das populações, sem esquecer os migrantes e os trabalhadores agrícolas sazonais, que devem fazer parte integrante de todos os mecanismos de apoio e políticas de habitação;
- Criar soluções de habitação social no tecido urbano e acabar com a construção de habitação social periférica e concentrada, que leva à perpetuação do estigma e da pobreza;
- O município deve ter o seu património habitacional inventariado, reabilitado, disponível para as necessidades e inscrito em Bolsa de imóveis públicos de pendor municipal geridos em modelos regulados de renda pública;
- O edificado e os terrenos com pendor habitacional do município, não devem ser vendidos e sim reabilitados;
- Bolsas específicas e edificado adaptado para responder aos moradores com deficiência;
- Monitorizar a evolução do Alojamento Local e Turístico e preparar a regulamentação de zonas de contenção e dispersão, caso se verifique grande saturação;



- Aquisição de edificado que ficará abandonado fruto da crise pandémica, ou outras, que deve voltar a responder a funções habitacionais.

3. Lutar pelo clima e mudar a mobilidade

3.1. Transição climática

A crise climática é resultado do atual modelo socioeconómico.

A resposta deve ser a justiça climática e social, com políticas baseadas nas necessidades das populações e da sociedade e não no lucro. É urgente uma transição ecológica e energética que não deixe para trás os trabalhadores, através da reconversão das indústrias poluentes, por empregos para o clima.

Um novo modelo de produção sustentável que permita integrar os trabalhadores em empregos para um futuro limpo e digno para todos.

As grandes mudanças começam nas nossas casas, nos nossos bairros, nas nossas cidades. É necessário implementar um plano municipal integrado de resposta às alterações climáticas que inclua medidas de mitigação, de adaptação e de resposta a perdas e danos.

Propomos:

- Neutralidade climática de todos os edifícios da autarquia até 2030;
- Implementar nas escolas, centros de saúde e demais edifícios públicos a captação de energias limpas, nomeadamente através da energia solar;
- Promover iniciativas que garantam a neutralidade carbónica do setor privado até 2030;
- Compras ecológicas, com ciclos curtos de produção-consumo e métodos sustentáveis de produção;
- Campanhas de requalificação do parque habitacional, de forma a garantir maior eficiência energética;
- Criação de programas de produção descentralizada de energia;
- Elaboração de um Manual de Boas Práticas de Gestão do Sistema Arbóreo Urbanos, que previna podas abusivas e proteja as árvores;
- Plantação de novas áreas arbóreas em meio urbano com espécies autóctones e adaptadas à pluviosidade existente e remover espécies com alto consumo de água;
- Requalificação do espaço público com zonas permeáveis;
- Recuperação e conservação de sistemas dunares e arribas costeiras como forma de assegurar a preservação das barreiras naturais de proteção na



costa e garantir a reposição natural dos sedimentos, para mitigar os efeitos da subida do nível do mar;

- Proteger os recursos hídricos, monitorando descargas ilegais nos cursos de água;
- Assegurar a implementação da Directiva Quadro de Água (Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000), nomeadamente a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas, com especial atenção para a restauração e conservação dos rios Sizandro e Alcabrichel, dos seus afluentes e ecossistemas associados;
- Proteção de solos e floresta para sequestro de carbono através da criação de zonas de biodiversidade e de retenção natural da humidade como charcas e manchas florestais diversas;
- Subscrever o Manifesto: “Autarquias sem Glifosato” da Quercus e implementar alternativas mecânicas ao uso de herbicidas;
- Promover a agricultura sustentável com especial atenção para a gestão da água e dos solos assim como a remuneração e tratamento justo dos trabalhadores agrícolas;
- Desenvolver uma política de aquisição de terrenos para concretizar povoamentos com espécies arbóreas autóctones como forma de servir de “tampão” à proliferação de monoculturas, especialmente do eucalipto potenciando assim a proteção dos solos, o incremento da biodiversidade e diminuir o risco de propagação de incêndios;
- Gerir criteriosamente o PDM através de estudos técnicos para um melhor planeamento ambiental das áreas da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional. O objetivo deve ser o de equilíbrio entre espaços tendo em vista a melhoria do ambiente e a transição climática, com regras claras e transparência na gestão do território;
- Monitorizar o progresso na implementação de ações para a adaptação às alterações climáticas de acordo com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC);
- Promoção e conservação de plantas silvestres nas bermas de estradas e caminhos, e da biodiversidade a elas associadas, como forma de proteger abelhas e outros insetos polinizadores;
- Implementar normas de construção sustentável, nomeadamente de isolamento térmico e de produção de energia renovável descentralizada, de sistemas de ventilação, de aproveitamento das águas pluviais, de lugares para bicicletas, entre outras.



3.2. Mobilidade e Transportes públicos de qualidade

O paradigma da mobilidade centrada no automóvel individual tem um enorme custo ambiental, urbanístico e também de exclusão social.

As políticas de mobilidade devem apresentar ofertas que motivem a população pela positiva, fornecendo alternativas multimodais.

Necessitamos de um plano integrado que priorize os espaços pedonais para todas e todos com segurança. Pensar os espaços urbanos a começar pelos passeios e zonas pedonais. O peão é a base da mobilidade das áreas urbanas, dos centros históricos, do usufruto da urbe. Sem pessoas não há urbe.

Assim, é fundamental uma rede de transportes públicos digna e uma oferta de transporte urbano que efetivamente sirva as pessoas a custo tendencialmente gratuito.

O Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) nos transportes públicos é um programa financiado pelo Fundo Ambiental, com o objetivo de reduzir as tarifas dos transportes públicos, promovendo o seu uso e reduzindo as emissões de CO2. No entanto, a aplicação deste programa não foi igual em todo o território, criando desigualdades contra as quais temos vindo a lutar.

A redução tarifária nos transportes fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, em especial nas zonas de média e baixa densidade teve menos impacto, não estando o programa pensado para quem se desloca entre Comunidades Intermunicipais, ou entre uma Comunidade Intermunicipal e uma Área Metropolitana. Além disso, é residual a articulação entre estes títulos de transporte e os títulos da CP. Por fim, há o problema da oferta, que se tem mostrado mais difícil de corrigir.

Propomos:

- Massificação dos transportes públicos com uma rede abrangente, adequada e tarifários que caminhem no sentido da gratuitidade;
- Alargamento dos horários das ligações às freguesias e localidades, permitindo a redução da utilização do automóvel;
- Oferta de carreiras com pequenos autocarros elétricos com frequência de pelo menos 1h entre as zonas rurais, praias e a cidade;
- Avançar com a gratuitidade dos TUT (Transportes Urbanos de Torres Vedras), para todas e todos;
- Campanhas de sensibilização e educação sobre a utilização dos TUT, como a identificação das paragens para quem desconhece o sistema;
- Estender a ligação das linhas do TUT a todas as localidades e bairros urbanos na periferia da cidade, articulando com parques de estacionamento periféricos;



- Avançar com a gratuitidade das bicicletas partilhadas (agostinhas) e campanhas para a sua utilização;
- Criação de parqueamentos para bicicletas nas imediações de escolas, serviços de saúde e outros serviços públicos;
- Promoção dos passes da CP no PART, fomentando a utilização da ferrovia, para uma mobilidade sustentável e transição energética;
- Integrar as populações nos processos de decisão e concretização das obras de alteração e melhoramento da Linha do Oeste, lutando para que esta constitua uma verdadeira alternativa ao rodoviário;
- Introduzir o “transporte a pedido” em todo o concelho, como forma de satisfação de necessidades no interior;
- Plano integrado de mobilidade sustentável, com promoção, expansão e conexão da rede de trilhos para caminhadas, rede de ciclovias, rede de pontos de carregamento para veículos elétricos, e rede de transporte público, com criação de carreiras regulares e a preços acessíveis entre as zonas rurais do interior, a cidade e as praias;
- Melhorar e criar passeios, praças e zonas pedonais, a pensar em todas as pessoas de todas as idades, criando zonas de fruição intergeracionais nas localidades, com segurança;
- Garantir a correta iluminação de paragens de autocarro e passadeiras;
- Promover a segurança rodoviária em todo o território, especialmente nas freguesias, com bons passeios e acessos pedonais, que facilitem a mobilidade dos peões e o controlo da velocidade do trânsito nas estradas que atravessam povoações;
- Desenhar um espaço público seguro para os peões, velocípedes, veículos elétricos e diversos tipos de mobilidade em todo o território, onde se articulem com segurança veículos, velocípedes e peões;
- Criar estacionamento gratuitos estratégicos e dissuasores, na periferia e na cidade, articulados com o transporte urbano, mantendo uma vertente utilitária na utilização do automóvel, bem como de dinamização económica e social das localidades;
- Um projeto de mobilidade para a saúde, que ligue todos os pólos do Centro Hospitalar do Oeste, através de uma carreira que deve ser gratuita a todos os que se desloquem para realizar tratamentos ou visitar familiares.

3.3. Política de Resíduos

É necessária uma intervenção social e cultural nas políticas de resíduos. Só é possível reduzir começando na produção, com medidas de responsabilização das empresas produtoras e distribuidoras, com a eliminação da sobre embalagem, promoção da reutilização e abandono da cultura do descartável.



Este sector é imprescindível para garantir a coesão territorial do município. É, por isso, essencial reverter as privatizações deste setor reduzindo as tarifas para o tratamento de resíduos, melhorando a recolha e aumentando os níveis de reciclagem efetiva.

Propomos:

- Promover o sector dos resíduos como serviço público, defendendo a renacionalização da Valorsul e da Empresa Geral de Fomento (EGF);
- Recusa de medidas tarifárias de responsabilização individual (como o PAYT - Pay As You Throw), não estando garantidas medidas de tarifário social e de redução de resíduos e de criação de alternativas de consumo;
- Promover a separação dos resíduos, requalificando a rede de recolha e sua efetiva reciclagem e criar uma rede de recolha de óleo alimentar usado, que cubra o território de forma efetiva;
- Implementar e ampliar novos métodos de recolha, como o porta-a-porta;
- Criar zonas descentralizadas de compostagem de resíduos orgânicos;
- Promover uma cultura de desperdício zero nos serviços municipais;
- Garantir que as receitas da Taxa de Gestão de Resíduos são atribuídas maioritariamente a programas de melhoria do sector dos resíduos;
- Criar comissões de acompanhamento das estruturas de tratamento e armazenamento de resíduos com a participação da população, de associações ambientalistas e de universidades.

3.4. Proteção Civil e Segurança das Populações

A intensificação de fenómenos climáticos extremos, nomeadamente incêndios florestais, secas, cheias, tempestades marítimas convocam uma cada vez maior atenção à organização da Proteção Civil e ao necessário investimento nos meios de prevenção e combate.

A pandemia veio reforçar a ideia de que a Proteção Civil é, em qualquer situação de emergência, um pilar essencial da proteção e segurança.

A garantia dessa proteção em condições de igualdade na totalidade do território nacional exige mecanismos de financiamento céleres, transparentes e suficientes para que as estruturas municipais de proteção civil se munam dos meios técnicos e humanos e dos equipamentos e infraestruturas necessárias ao exercício das suas funções.



Na zona litoral devemos ter em conta formas de adaptação, pois a subida do nível médio das águas do mar e os fenómenos climáticos extremos, farão parte da realidade das próximas décadas.

Os cerca de 20 Kms de costa do concelho de Torres Vedras e as vastas zonas florestais com implantação maioritária de eucalipto (espécie hiper inflamável e que esgota de forma intensiva as características nutritivas dos solos), deve ser alvo de especial atenção e de programas próprios de mitigação dos riscos.

Existem riscos que podemos não conseguir evitar. Milhares de pessoas vivem em áreas inundáveis e de risco de inundações. Nos piores cenários, é essencial garantir o direito à participação pública e o direito à comunidade. Também os sistemas de proteção civil devem estar preparados para a assistência à população.

Propomos:

- O debate e atualização regular dos planos de defesa da floresta e de emergência e proteção civil;
- Organizar e planificar com espécies autóctones a zona agrícola e florestal e desenvolver na plenitude, um plano de prevenção de incêndios em todo o concelho;
- Plano de limpeza dos terrenos e matas do concelho, com acompanhamento e intervenção da autarquia;
- Apoio à limpeza dos terrenos dos proprietários que não disponham de condições físicas e/ou dos recursos económicos necessários para o fazer;
- Inclusão das estruturas de albergue de animais nos planos de emergência municipal, para situações de eventual necessidade de socorro, em caso de desastre ou catástrofe;

4. Combater as desigualdades sociais e reforçar os serviços públicos

4.1. Por um urbanismo centrado nas pessoas

Uma política urbanística com participação cidadã que garanta o direito de todos e todas à cidade, vilas e aldeias, privilegiando o ecourbanismo, com maior atenção à paisagem urbana, à proteção e valorização do património natural e cultural, com visão a longo prazo e com as pessoas no centro e não o negócio.

A intervenção pública na ocupação do solo, desprivilegiando o negócio imobiliário.



Privilegiar e valorizar o espaço público como forma de melhorar a qualidade de vida, incentivar a aproximação intergeracional e o convívio entre diversos grupos sociais, e promover comportamentos cívicos de defesa do património e do ambiente, propiciando novas formas de relacionamento, de comunicação e de estar.

Apesar das transformações positivas ocorridas nas últimas décadas no abastecimento de água, no tratamento dos resíduos e nas condições de vida no território, surgiram novos fatores de risco para as populações. Com origem na poluição do ar e nas linhas de água, na disseminação de produtos tóxicos, no consumo predatório do solo e na diminuição dos espaços verdes, desenvolveram-se doenças cardiovasculares, respiratórias, oncológicas, alergias e outras morbilidades.

Relevar as questões sanitárias no planeamento territorial. A saúde tem de ter um papel mais importante na vida das localidades, devendo ser a base da construção de um novo ambiente.

Propomos:

- Defesa de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, fixando metas para a redução das emissões de CO2 e outros gases de efeito de estufa;
- Elaboração de Cartas de Zonamento Climático Local;
- Instalação de painéis informativos com indicação do conforto bioclimático (temperatura e outros dados), qualidade do ar (índices de poluentes);
- Construção e melhoria contínua de mais espaços de convívio seguros, ao ar livre, para crianças;
- Medidas de regulação das atividades económicas para a descarbonização;
- Uma rede de bebedouros urbanos, para enchimento de cantis, reduzindo a procura por água engarrafada;
- Promover a implementação das hortas sociais nas escolas;
- A remoção do amianto de todos os edifícios públicos, que deve ter em conta não só a remoção de todo o fibrocimento, como o diagnóstico de todos os outros materiais contendo amianto, como portas corta fogo, pavimentos vinílicos em mosaico, tintas texturadas, tectos falsos, revestimentos de condutas e divisórias, entre outros.
- Defender o policiamento de proximidade, em alternativa ao modelo da videovigilância.

4.2. Na defesa da água como um direito humano

A Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas das famílias carenciadas do país, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo.



Desta forma, aprofundou-se, o acesso à água como um direito universal, princípio que sempre defendemos.

A aplicação desta tarifa social ainda é, em Torres Vedras, dependente de um moroso e complexo processo burocrático da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de agregados familiares elegíveis a esta tarifa de valor reduzido.

Propomos:

- Lutar pela automatização da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos, no concelho;
- Defender a água como bem público universal, combatendo tentativas da sua privatização ou concessão a privados;
- Proibição do corte no fornecimento e avançar com a gratuidade de um nível base de consumo mínimo essencial para a sobrevivência humana, determinado por escalões de consumo e número de pessoas do agregado.

4.3. Pelo direito a uma vida autónoma e independente

Portugal é um dos países mais envelhecidos do mundo. Em 2019, 21,1% da população residente no município de Torres Vedras tinha mais de 65 anos de idade. (Fonte: PORDATA)

Devemos implementar estratégias de combate ao isolamento dos mais idosos. Esta faixa etária é das mais empobrecidas, sendo as mulheres as mais atingidas pelas desigualdades. É importante diminuir o risco de pobreza dos seniores e reformados, com respostas sociais públicas.

O modelo atual assente na resposta privada ou social mostra-se insuficiente e traduz a demissão do Estado das suas responsabilidades com os mais idosos, deixando a tarefa a privados e a IPSSs, a quem financia, mas não fiscaliza adequadamente.

A falta de resposta do setor dos cuidados é gritante. Basta analisar a quantidade de lares ilegais onde residem os mais pobres, aos quais se fecha os olhos, pela consciência universal de que não existem alternativas. Pois há que criá-las! O que construímos para a plenitude, em autonomia, para os mais idosos, servir-nos-há um dia. Só um serviço público garante o acesso a toda a população, independentemente da sua condição económica.

Tais medidas são um investimento no presente e no nosso próprio futuro.

Propomos:



- Criação de Gabinetes de Apoio aos Seniores com apoio ao acesso a aplicações informáticas (segurança social direta, e-fatura, portal das finanças entre outras), permitindo o acesso a consultas à distância, em todas as freguesias e uniões de freguesias;
- Implementar campanhas de fiscalização dos lares, centros de dia e serviços de apoio domiciliário;
- Criação de programas de reabilitação urbana, que permitam adaptar as habitações dos munícipes seniores à fase de envelhecimento e dos munícipes com mobilidade reduzida;
- Melhoria e maior divulgação do serviço: “Oficina Sénior”, para que todos conheçam e tenham acesso a pequenas reparações domésticas, a fim de reduzir os acidentes domésticos e contribuir para a poupança de recursos;
- Investimento público na implementação de soluções de habitação e de coabitação sénior;
- Identificar pessoas idosas em situação de isolamento e criar programas de telemonitorização com apoio ao domicílio associado;
- Criar redes de cuidadores municipais de apoio a pessoas dependentes, em articulação com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde e com os Centros de Emprego e Formação Profissional;
- Desenvolver programas de apoio de cuidadores informais, seja de formação ou apoio material e financeiro;
- Apoiar a criação de Rede Pública de Lares e de Cuidados Continuados, que servirá como último recurso, pois deverá ser mantida, até ao limite, a vida ativa e independente através de redes de cuidadores e apoio domiciliário, para todas e todos;
- Construção ou cedência de terrenos para construção de equipamentos de apoio a idosos como lares, centros de dia e noite, para entrega de gestão aos organismos públicos;
- Garantir o acesso às universidades seniores a utentes de rendimentos baixos;
- Prioridade ao policiamento de proximidade que, em articulação com as Juntas de Freguesia, USF ou Centros de Saúde, permitam a sinalização de seniores em risco de violência, solidão ou pobreza extrema;
- Apoio às famílias com um serviço que informe e articule as respostas e possa contribuir para cada família encontrar as melhores respostas.

4.4. Inclusão e Acessibilidade

As pessoas com necessidades especiais e/ou deficiência estão também em maior risco de pobreza e exclusão social. É urgente adotar políticas de equidade que criem as condições para cumprimento do que está estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com vista a uma vida independente.



Propomos:

- Adotar uma estratégia de acessibilidade, partindo do levantamento das carências, consultando as pessoas com deficiência, as famílias e as organizações representativas;
- Implementar o “Provedor para a Inclusão” e dotação de meios para o seu bom funcionamento, que proponha soluções e respostas na acessibilidade aos edifícios, espaços urbanos, transportes, atividades sociais e políticas, serviços e tecnologias;
- Privilegiar a acessibilidade nos espaços para a infância e de lazer, como parques infantis, praças, zonas verdes e praias;
- Criar uma rede de acompanhantes para pessoas com deficiência, que assegure o seu acompanhamento a serviços essenciais;
- Disponibilização gratuita de tradutor de Língua Gestual Portuguesa aos utentes com incapacidade auditiva, quando estes necessitem de aceder a serviços essenciais;
- A legendagem de todas as reuniões públicas de órgãos autárquicos, cerimónias e outras comunicações.

4.5. Reforço do acesso à Saúde.

O SNS é uma conquista de Abril e um garante de igualdade e equidade de acesso aos serviços de saúde. Defender e melhorar o SNS é indispensável para uma população saudável.

Antes da pandemia, Torres Vedras assistiu ao encerramento temporário das urgências pediátricas do Hospital e a uma série de problemas causados pelo desinvestimento crónico no SNS, uma realidade que se manifesta em vários hospitais do país e demonstra o enfraquecimento do SNS e o desvio de recursos para as crescentes instituições privadas de saúde.

O “Centro Hospitalar do Oeste”, como foi implementado, com o único objetivo de diminuir a despesa em saúde, demonstra-se um autêntico falhanço, tendo as unidades perdido serviços e capacidade de fixar profissionais. Em Torres Vedras com o encerramento da maternidade e da unidade de internamento pediátrico, o hospital deixou de ser atrativo para fixar pediatras e por isso, a urgência pediátrica tem tido vários problemas de funcionamento, necessitando de uma grande quantidade de prestadores de serviços.

A defesa do novo hospital do Oeste, com as valências adequadas que melhorem a qualidade de acesso às populações tem sido discutida e merece o nosso apoio, no entanto, não podemos empurrar os problemas existentes para um futuro hospital que ninguém sabe quando ou onde será construído.



Apesar das autarquias não definirem políticas públicas de saúde, têm a capacidade de promover a saúde e qualidade de vida, seja ao proporcionar melhores condições ambientais e sociais, seja na colaboração ativa e concreta com os serviços do SNS.

Propomos:

- Defender a melhoria e investimento na atual estrutura hospitalar, que deve continuar a prestar serviços de atendimento de proximidade, como serviços de urgência e recobro, mesmo aquando da existência de um novo hospital;
- Implementação de um Sistema de Telecuidado Público articulado com o SNS;
- Desenvolver programas de apoio ao acesso ao SNS, na marcação de consultas digitalmente e/ou presencialmente e de apoio na obtenção da renovação de medicação crónica;
- Criar balcões de acesso ao SNS e disponibilizar informação em diferentes línguas;
- Campanhas para o aumento da literacia em saúde e literacia de acesso ao SNS, com sessões descentralizadas e comunitárias;
- Desenvolvimento de diagnósticos do estado de saúde e qualidade de vida das populações;
- Programas educativos de alimentação em escolas e creches;
- Apoio à investigação em saúde por parte de Universidades Públicas, facilitando o acesso a dados e indicadores de que a autarquia disponha;
- Construção e melhoria de equipamentos como centros de saúde, unidades de cuidados continuados, em colaboração com o SNS;
- Apoio material ao aumento de cuidados domiciliários públicos;
- Criar condições para aumentar o número de médicos de família em todas as freguesias, com mais horários e melhores condições, descentralizando e melhorando os Postos de Saúde;
- Negociar a cedência das instalações do Hospital com a Santa Casa da Misericórdia, que custam cerca de 20,000€ de renda, todos os meses;
- Apoiar o Hospital de Torres Vedras na implementação e operacionalização da hospitalização domiciliária;
- Promover condições favoráveis para a fixação de pessoal médico e de enfermagem nas estruturas locais do SNS;
- Apoio logístico e infraestrutural para a criação de resposta na área da Saúde Oral e Mental por parte do SNS;
- Desenvolver programas de ação para cada programa prioritário de saúde da DGS. Entre os quais, um plano para as doenças sexualmente transmissíveis (DST). Devemos desenvolver estratégias locais para a prevenção e rastreio das DST. Algumas ações a implementar são: a disponibilidade de testes rápidos, anónimos e gratuitos ao VIH, e materiais informativos sobre as DST em unidades de saúde, farmácias e escolas.



4.6. Defesa do Ensino Público, universal e de qualidade

A educação é um pilar essencial ao desenvolvimento das cidadãs e dos cidadãos, constituindo um pólo de dinamização cultural e social na comunidade onde se insere, aberta às iniciativas, fomentando projetos, tornando-se espaço vivo de animação e de fortalecimento da democracia.

Uma escola inclusiva é uma escola que acolhe todos e valoriza por igual cada um dos alunos, independente da sua condição, identidade, origem, estatuto, religião, ou outras e, para tal, deve desenvolver as respostas e apoios para que cada aluno desenvolva o seu potencial.

Mas, para que a escola desempenhe o seu papel é essencial que esteja dotada de recursos materiais e humanos necessários.

A pandemia obrigou à interrupção momentânea do ensino presencial e a transição repentina para um modelo de ensino à distância. Embora a escola pública e os docentes tenham dado o seu melhor para que nenhum aluno ficasse para trás, este modelo prejudicou as aprendizagens e desenvolvimento de muitos alunos, nomeadamente com Necessidades Específicas.

A escola pública tem sofrido com a perda da democracia interna e, nos últimos anos, o Governo decidiu descentralizar as várias competências do Ministério da Educação (ME) para as autarquias, com argumentos de proximidade, rapidez nas respostas sociais e na gestão diária. Esta política não trouxe mais democracia às escolas, mas sim à municipalização do ensino, que se traduz num país a várias velocidades, aprofundando as assimetrias, conforme o poder económico de cada município.

Também a oferta de creche continua insuficiente e a cargo de privados ou IPSSs (Instituições Particulares de Solidariedade Social). É inadmissível que hoje se pague mais para ter um filho numa creche do que na universidade, o que levanta sérios problemas às famílias e, muito em particular, às mulheres trabalhadoras.

Mas se falta uma política para a primeira infância, também é preciso uma estratégia para o ensino superior. Torres Vedras está numa posição privilegiada de proximidade à capital, podendo beneficiar das sinergias e da oferta formativa de excelência a poucos quilómetros. Mas é preciso garantir que todos os jovens têm possibilidade de aceder ao Ensino Superior, especialmente aqueles que têm dificuldades financeiras.

Propomos:

- Desenvolver uma política que acolha as necessidades dos Agrupamentos, apoiando as atividades que emanem das suas realidades e dos seus Projetos Educativos, ouvindo pais, professores e suas estruturas;
- Apoiar os Agrupamentos nos processos de democratização da sua gestão e de autonomia, no desenvolvimento de atividades curriculares e não



curriculares que promovam o desenvolvimento integral no âmbito do Perfil do Aluno, das competências, capacidades e valores;

- Promover a interculturalidade e coesão social através de ações sobre as diferentes culturas e partilha da sua língua materna, como forma de acolher todos os alunos, diminuindo o risco de exclusão das minorias e insucesso escolar;
- Atender a necessidades de materiais e equipamentos diferenciados para a qualificação do ensino, como laboratórios, instrumentos musicais, recursos para as artes, teatro, expressões, espaços de auditório, ateliers, equipamentos para a formação profissional, entre outros, que permitam um leque mais vasto de abordagens e de diferenciação;
- Colaborar com as escolas no desenvolvimento cultural dos jovens, não só como consumidores, mas como atores culturais e criadores;
- Equacionar as prioridades de um parque escolar atrasado, planificando a construção de uma nova Escola Secundária no concelho em virtude do crescimento da população escolar e da lotação das atuais infraestruturas;
- Dotar o Ensino Profissional das condições necessárias para a sua diversificação e qualidade;
- Pessoal não docente em número suficiente, com condições contratuais dignas, formação adequada, com direitos e com substituição garantida em caso de doença;
- Reforçar a formação e continuidade de assistentes operacionais com funções de ação educativa;
- Cantinas escolares mantidas na esfera pública de modo a assegurar vínculos laborais dignos para os trabalhadores e trabalhadoras, bem como a qualidade das refeições servidas;
- A reabilitação e construção de estabelecimentos escolares deve ter em conta aspetos pouco valorizados, como a área de trabalho a ocupar por cada aluno ou aluna, ou as diversas valências que uma escola deve ter;
- Responder às deficiências estruturais de equipamentos antigos, debilitados, sem conforto para aprender e ensinar, dotando-os de eficiência energética, garantido o conforto térmico das salas e pavilhões, bem como a acessibilidade no parque escolar;
- Apoiar o reforço dos serviços de psicologia e orientação;
- Criar uma rede gratuita de transportes escolares, com a presença de monitores;
- Reforçar os mecanismos e recursos do Programa Escola Segura, que deve trabalhar em conjunto com assistentes sociais e mediadores culturais, para ajudar a promover um ambiente escolar mais saudável, tolerante e inclusivo;
- Promover o carácter lúdico e o direito a brincar livremente das crianças, no desenvolvimento de processos de socialização essenciais ao seu desenvolvimento global;



- Oferta pública e gratuita de creches, de acesso universal;
- Desenvolvimento da rede de Educação Pré-Escolar pública dotando o sistema de capacidade para dar uma resposta de acesso universal a partir dos 3 anos;
- Apoiar a fixação de pólos de Ensino Superior e Centros de Investigação, bem como soluções para o alojamento académico (estudantes, docentes e investigadores), seja por via da disponibilização de imóveis municipais, seja através de parcerias com o Governo Central para a construção e reabilitação de edifícios;
- Cooperação com o Ensino Superior, através da criação de programas de literacia científica, com fundos próprios para o efeito que tenham impactos positivos no território;
- Apostar na fixação de jovens recém licenciados, através do estímulo ao emprego qualificado, estágios, centros de ciência, de criatividade ou incubadoras, apoiando o desenvolvimento de projetos;
- Alargamento do horário da biblioteca municipal, ou a criação de um outro espaço dedicado ao estudo, com horário alargado, de forma a servir os alunos que estudam fora do concelho, deslocando-se diariamente para o seu estabelecimento de ensino e aqueles que estudam em horário pós-laboral;
- Desenvolver programas de apoio social e bolsas para jovens de famílias carenciadas que queiram frequentar o ensino superior e não o possam fazer por razões económicas.

4.7. Democratizar a cultura

A lei confere às autarquias competências na gestão, conservação, construção e investimento público de centros de cultura, ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais, bem como apoiar os agentes culturais não profissionais e as atividades culturais de interesse municipal.

Mas a cultura é muito mais que os grandes eventos. Uma política pública, deve servir para criar alternativas à lógica mercantil, privilegiando a diversidade e não a massificação. Não basta criar redes e construir equipamentos, se a população não está envolvida. A participação cultural ativa só se conquista dando poder às pessoas nas decisões e democratizando a cultura.

As pessoas têm de ser vistas, não como meras consumidoras, mas também como produtoras da cultura. Devem ser ampliados os processos e canais de participação dos diversos públicos e agentes culturais, integrando os cidadãos em processos na planificação, projetos e ações, envolvendo-os no sistema de governação cultural local.



A cultura deve ser descentralizada, promover a dinâmica e empoderamento das organizações culturais locais e diversas. A autarquia não pode servir como “dona” da estética e dos conceitos de qualidade, da arte e do “bom” gosto. Deve ter-se uma visão formativa e de cooperação com os agentes e populações.

Uma política cultural democrática, deve dar oportunidade a criadores e população em geral de participar de forma transparente, universal e abrangente, com igualdade de oportunidades, sem privilégios, discriminação ou favorecimento, seja por que razão for.

Com a pandemia, o setor vive uma situação difícil com rutura financeira entre muitas estruturas das artes e de espetáculos e entre as suas trabalhadoras e os seus trabalhadores, tendo ficado, em grande parte dos casos, de fora das medidas excepcionais de apoio do Governo.

Propomos:

- Garantir o pagamento aos trabalhadores independentes que desenvolvam atividade em equipamentos culturais tutelados pela autarquia ou nos quais a autarquia tenha uma participação;
- Manter os compromissos contratualizados e de financiamento assumidos com associações, cooperativas ou micro e pequenas empresas para a realização de eventos culturais, desportivos, de animação turística ou outros, que tenham sido cancelados ou adiados;
- Aumentar as verbas do orçamento para a cultura, garantindo a manutenção e o bom funcionamento de todos os espaços, a par de uma estratégia de investimento em inovação, criação, novos públicos e diversidade;
- Promover ações de debate sobre o Plano Estratégico de Política Cultural, envolvendo entidades, associações, artistas, produtores, entre outros;
- Programar em conjunto com as/os municípios, atividades culturais nos espaços públicos exteriores (cinema ao ar livre, concertos, teatro, oficinas);
- Promover a participação nas políticas e ações culturais através de um Conselho Municipal de Cultura para:
 - Tornar as decisões sobre a organização de eventos culturais e os seus conteúdos, mais democráticos e independentes dos decisores políticos locais;
 - Promover o debate e sessões de trabalho regulares entre os agentes culturais e a administração local, descentralizados também nas Juntas de Freguesia.
- Criar e manter atualizado um mapeamento sociocultural do município, incluindo um inventário das estruturas culturais (amadoras e profissionais - bandas, grupos de teatro, cineclubes, associações culturais) e dos espaços culturais e de memória (públicos, privados e comunitários);



- Apoiar e desenvolver uma atividade cultural integrada e abrangente, generalizando a mesma a todo o concelho, não só à cidade;
- Implementação e gestão dos espaços de criação artística (salas de ensaio para artes performativas, ateliers de artes plásticas, atelier multimédia, oficinas artesanais) e apresentação ao público;
- Articular com as estruturas culturais a utilização de espaços das escolas, fora do horário escolar e o incentivo à criação e fruição das crianças e jovens;
- Criar centros de cultura e espaços de memória em lugares históricos de referência (fábricas, lugares históricos, património classificado, imóveis privados e públicos);
- Apoiar o investimento público na cultura e nos movimentos sociais;
- Defesa, reabilitação e usufruto do património cultural, ambiental e edificado do concelho de Torres Vedras, criando redes interpretativas e percursos;
- Reforço da articulação com a comunidade escolar, para enriquecimento dos Projetos Educativos dos Agrupamentos, nas áreas expressivas e criativas;
- Desenvolvimento de uma Rede Cultural Municipal, que promova sinergias, a multiculturalidade, eventos ecléticos de cultura popular até a erudita, permitindo interseção de estilos e públicos.

4.8. Concelho amigo dos animais

Desde a segunda década do séc. XX que a competência relativa ao bem-estar de animais de companhia é dos municípios, principalmente na perspetiva da garantia da saúde pública.

Com a evolução social, científica e política, as preocupações com a saúde e bem-estar animal passaram também a fazer parte dessas competências. No entanto, o município tem tardado em avançar, de forma substancial, com iniciativas que concretizem essas responsabilidades.

Também na fiscalização e licenciamento de atividades, o município pode ter muito mais iniciativa e desenvolver regulamentos que se adaptem à legislação nacional de bem-estar animal e ao estatuto jurídico dos animais que reconhece a sua sensibilidade e o direito a serem protegidos.

Propomos:

- Políticas de esterilização e adoção responsável de animais de companhia;
- Campanhas que incentivem a adoção em detrimento da compra de animais domésticos;



- Não licenciamento de espetáculos com animais ou a atribuição de qualquer tipo de apoio - direto ou indireto a esses espetáculos, ou outras atividades que promovam o sofrimento animal;
- Criar a figura de Provedoria dos Animais, para apoio dos munícipes, dotada de meios financeiros e técnicos para a efetiva progressão das políticas de bem-estar animal;
- Disponibilização de serviços veterinários básicos a preços reduzidos;
- Criação de mais parques para animais em jardins públicos;
- Promoção e apoio a santuários de animais ou albergues de emergência, onde exista especial incidência de animais abandonados e maltratados;
- Apoios a associações de proteção de animais e aos cidadãos mais desfavorecidos na manutenção e cuidados de saúde de animais de companhia, de animais guia ou de apoio e animais com elevada relevância social de pessoas idosas, sós, ou em situação de fragilidade emocional;
- Defender os espaços naturais e a vida selvagem autóctone, protegendo as espécies animais e a biodiversidade numa estratégia integrada de defesa ecológica da área territorial, protegendo os ecossistemas e o equilíbrio ecológico, das lógicas de destruição com finalidade económica.

4.9. Direitos laborais, economia e combate à precariedade nas autarquias

Nos últimos 5 anos, teve lugar a nível nacional o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Apesar dos atrasos, o PREVPAP demonstrou que o Estado, nas suas várias dimensões, emprega milhares de trabalhadores precários.

O combate à precariedade é uma tarefa permanente.

Torres Vedras tem um tecido empresarial baseado em empresas individuais e de pequena dimensão, onde se destaca a agricultura, o turismo, o comércio retalhista e a indústria agroalimentar, bem como a metalomecânica.

A maioria da população ativa trabalha no setor terciário de comércio e serviços, embora exista uma forte componente de sazonalidade na agricultura, turismo e algum comércio, o que motiva números elevados de população migrante sazonal.

No âmbito da sua ação de cooperação e influência a autarquia deve promover a responsabilidade social e ambiental, na construção de uma economia para toda a gente.

Propomos:



- Insistir no recenseamento dos trabalhadores precários do Município, do meio associativo e das entidades do respetivo setor empresarial local e regularização de todas as situações, de acordo com a legislação aprovada pela Assembleia da República;
- Inserir, como critério para a contratação com terceiros, o respeito pelos trabalhadores e legislação laboral. Exploração, precariedade e mão de obra barata devem ser fatores eliminatórios;
- Excluir entidades que recorrem a trabalho precário de apoios públicos e benefícios fiscais ou isenções de taxas do município;
- Pugnar pelos direitos dos trabalhadores da autarquia e das empresas torrienses, pelas suas condições de segurança e higiene no trabalho, igualdade e direitos sindicais, incluindo empresas municipais e atividades extra curriculares nas escolas;
- Articular com as empresas e autoridades de fiscalização para garantir direitos, verificar as condições de trabalho, acesso à saúde e habitação;
- Privilegiar o apoio à fixação de empresas com emprego qualificado e que desenvolvam projetos de inovação, e transição energética adequadas em relação às alterações climáticas;
- Apoiar o turismo rural, cultural e de natureza, numa perspetiva de oferta mais ampla de todas as potencialidades do concelho e não só do litoral.

5. Defender a inclusão e a igualdade plena

5.1. Combate à violência contra as mulheres e à discriminação LGBTIQ+

A política local desempenha um importante papel na promoção da igualdade e no desenvolvimento de políticas neste âmbito, bem como no combate a todas as formas de discriminação.

A desigualdade de género que se manifesta em aspectos sociais, culturais, políticos e económicos tem uma das suas faces visíveis na violência doméstica como, de acordo com a APAV, um dos crimes que mais mata no nosso país.

Os maiores entraves à autonomização das vítimas de violência doméstica, especialmente para as que saem de casas-abrigo prende-se com a dificuldade no emprego e na habitação.

Além disso, a desigualdade de género ainda se manifesta na carga de trabalho doméstico e nas diferenças salariais entre homens e mulheres.



As pessoas LGBTIQ+ também são afetadas pela desigualdade, como no reconhecimento das suas identidades ou na necessidade de apoio social em casos de exclusão familiar e laboral que frequentemente as afetam.

Compete à Câmara Municipal assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente, através de Planos Municipais para a Igualdade, participados e eficazes, como instrumentos de planeamento de políticas públicas locais que combatam assimetrias de género e fixem indicadores e metas a alcançar.

Propomos:

- Promover a participação das mulheres, assim como de pessoas LGBTIQ+ na política local, de forma a aumentar a representatividade e participação em todos os setores da sociedade;
- Defender a implementação participada do Plano Municipal para a Igualdade;
- Criação do gabinete municipal de atendimento, apoio e encaminhamento das vítimas de violência doméstica;
- Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação;
- A adesão do município à Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica;
- Apoio à formação profissional, procura de emprego e inclusão das vítimas de violência doméstica nas prioridades de atribuição de fogos de habitação municipal ou da disponibilização de outros fogos para arrendamento a custos controlados;
- Promover a criação de Gabinetes Municipais para a Igualdade, que sejam espaços de informação (sobre direitos individuais, sociais e laborais, saúde, educação, cultura, programas de apoio);
- Promover a elaboração dos planos municipais LGBTIQ+ com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para as respostas específicas e adaptadas em várias áreas como a saúde, a violência, o contexto escolar, o desporto, a empregabilidade, a cultura, a interculturalidade e o espaço público;
- Criação de um centro municipal LGBTIQ+ com disponibilidade de atendimento nas áreas de violência e discriminação, empregabilidade e saúde;
- Assinalar os dias internacionais e nacionais que promovem a igualdade de direitos e combatem discriminações.

5.2. Vencer o racismo e a xenofobia

Um estudo do European Social Survey revelou que mais de 62% dos portugueses manifestam alguma forma de racismo. A isto, acresce a existência de manifestações de racismo e de xenofobia, estruturalmente enraizadas nas instituições e na



sociedade, que levam à discriminação das pessoas afrodescendentes, ciganas e de outras comunidades racializadas.

Estas situações estão com frequência ligadas à precariedade habitacional, dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade, como transportes ou saúde, entre outros.

Nas escolas existem maiores taxas de retenção e, por vezes, segregação em turmas racializadas.

Há ainda a ter em conta a precariedade laboral, o desemprego, a sub-representação em profissões qualificadas e a sobrerrepresentação em profissões menos valorizadas socialmente.

Propomos:

- Promover a participação de minorias étnicas na política local, de forma a aumentar a representatividade e participação em todos os setores da sociedade;
- Elaborar um plano municipal participado, focado nas necessidades para a integração de migrantes e de combate à discriminação, com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para respostas específicas e adaptadas nas diversas áreas como a violência, o contexto escolar, a empregabilidade e a promoção de aquisição de habitação condigna;
- Formação e contratação de mediadoras e mediadores escolares oriundos das classes racializadas mais representadas localmente;
- Defender a não segregação nas escolas e o desproporcional encaminhamento para as vias profissionalizantes, promovendo ações de valorização das diferentes culturas na comunidade, valorizando cada um nas suas especificidades..
- Divulgação das medidas de combate ao racismo e à xenofobia através de jornadas e formações, difundindo um conhecimento mais completo e rigoroso da história do país;
- Criação de um posto de apoio para denúncias e orientação sobre os procedimentos em casos de xenofobia e racismo.

5.3. Combater a Pobreza

A autarquia tem responsabilidade no desenvolvimento de medidas e sistemas de proteção social para todos, melhorando substancialmente a vida dos mais vulneráveis, numa perspetiva de emancipação.

Devem ser promovidos os investimentos necessários para garantir o acesso a serviços básicos, à habitação digna, a formas de redução da exposição a crises e



dar prioridade aos investimentos nas diferentes dimensões da sociedade que combatam a pobreza.

Deverá ter como prioridade desenvolver e apoiar políticas sociais de prevenção e erradicação da pobreza, e processos de exclusão de origem económica e social, sob todas as formas, seja de pobreza envergonhada, de solidão, de falta de qualidade de vida, famílias carenciadas, crianças e jovens desprotegidos e população com baixos rendimentos.

Propomos:

- Desenhar os serviços autárquicos para que sirvam toda a gente em igualdade, na busca de soluções, com um papel ativo de referenciação e não apenas reativo;
- Integrar processos de equidade e discriminação positiva nas ações, projetos e política municipal, no acesso a serviços e Gabinetes de Apoio, que deverão ter um papel ativo de prevenção, de apoio e informação à população;
- Olhar de forma particular as crianças, no seu direito a uma vida digna, acesso às condições básicas, ambiente seguro, educação de qualidade, saúde e lazer;
- Articular com as escolas, associações locais, IPSS e Juntas de Freguesia, como postos avançados deste combate, no levantamento de situações, contato direto com as populações e desenvolvimentos de medidas e ações concretas no terreno;
- Criação de um Plano de Erradicação da Pobreza, integrado nas restantes políticas, priorizando o empoderamento e a autonomia, bem como tendo canais diretos de contato com a população numa política de proximidade;
- Tarifa social automática de internet para pessoas carenciadas, reformados, pensionistas, pessoas com deficiência e/ou com mais de 65 anos.

6. Democracia, transparência e combate à corrupção

6.1 Melhorar a governação local e combater a corrupção

A gestão pública deve ser baseada em valores, com planeamento sério e não casuístico, com sentido de missão no serviço público e não de carreira política.

Qualquer processo que vise introduzir transparência numa instituição como uma Câmara Municipal ou uma Junta de Freguesia, tem que ser um processo continuado e sustentado ao longo do tempo.

Os pontos-chave para uma governação moderna, transparente e eficiente devem ser: Digitalização das administrações locais, transparência dos titulares dos órgãos,



serviços e da própria administração local segundo o princípio da administração aberta e prevenção da corrupção.

A implementação destas medidas permitem um acompanhamento das oposições e dos/as munícipes, sobre os principais processos da vida local como concursos públicos, ajustes diretos, elaboração de planos e programas, candidaturas a fundos públicos, contratação de pessoal, entre outros.

A ausência de informação, a dificuldade de acesso à escassa documentação fornecida na instrução dos processos decisórios são fatores favoráveis à corrupção a que se junta a incapacidade de agir rapidamente sobre estas situações.

Para a existência de serviços públicos de qualidade e de acesso universal, é imperativo o desenvolvimento de políticas públicas transparentes e de prestação de contas.

A resolução efetiva dos problemas que emergem das necessidades dos cidadãos, só se consegue através da participação dos movimentos sociais e dos habitantes de todo o concelho na construção das políticas públicas. Para tal, é preciso que os cidadãos se sintam ouvidos e que participem ativamente na construção política do concelho.

Propomos:

- Importa tornar os documentos mais acessíveis, pelo princípio da publicidade, evitando a sua exagerada classificação, o que dificulta o acesso ao público, do que deve ser público;
- Trabalhar pela transparência dos procedimentos e das decisões políticas, através da digitalização dos serviços, pela disponibilização de toda a informação na página web do município, incluindo declaração de interesses e de rendimentos dos titulares de cargos políticos;
- Tornar pública toda a atividade municipal, com total transparência, como os gastos públicos, contratos, concursos e ajustes diretos, entre outros, com informação acessível a todas e todos;
- Boa gestão dos dinheiros públicos com prioridades no investimento em setores essenciais, desigualdades e políticas ambientais, prevenindo situações de opacidade que só facilitam o surgimento do compadrio e da corrupção;
- Democratização do funcionamento dos órgãos autárquicos no respeito pelos direitos das oposições;
- Descentralização das reuniões públicas, com horários compatíveis com a participação das populações;
- Propor processos de consulta pública para assuntos de interesse municipal e processos de decisão partilhados como o Orçamento Participativo;



- Desburocratizar e melhorar a informação aos cidadãos sobre os seus processos e permitir o acompanhamento do/da munícipe na lógica de utente, nomeadamente através da possibilidade de seguir o seu processo pela Internet.
- A apresentação de contas das empresas municipais deve ser detalhada, mas também objetiva e clara, de forma a permitir a sua consulta por um maior número de pessoas e evitar que se transformem em ferramentas de opacidade e má gestão dos dinheiros;
- Criar canais diretos de comunicação com os munícipes, de resolução dos problemas, bem como condições de incentivo à participação ativa dos cidadãos, priorizando sempre a sua voz e capacidade de decisão;
- Promover a transição para software de código aberto na administração pública.

6.2. Transferência de competências

A “descentralização” promovida pelo Governo, não passa de uma transferência de competências por via legislativa sem negociação, ou vontade das partes.

O que foi promovido foi, na verdade, uma municipalização de um conjunto de competências do Estado central, que agrava as assimetrias regionais, comprometendo a universalidade e igualdade no acesso das populações aos serviços prestados e promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura.

Propomos:

- Garantir a existência de recursos adequados para a autarquia fazer face às responsabilidades e execução dos diversos diplomas setoriais;
- Manter as competências na esfera pública. Não concessionar a entidades privadas ou municipais, que possam promover a degradação dos serviços prestados ou a degradação das condições laborais;

6.3. Por uma verdadeira regionalização com democracia

As CCDR, criadas em 2003, dão apoio técnico às autarquias locais, promovem a atuação coordenada dos serviços desconcentrados do Estado de âmbito regional e executam políticas de desenvolvimento regional, abrangendo programas operacionais regionais e outros fundos comunitários.

Existe uma votação para estas Comissões de Coordenação, mas feita pelos eleitos municipais (presidente e vereadores das câmaras municipais e membros das assembleias municipais) para eleger o/a presidente de cada uma das cinco



Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Esta votação não garante a democracia pois não é aberta a todos e todas.

As CCDR estão também dependentes do Estado central, pois são um órgão da administração direta do Estado, pelo que se trata de um simulacro de democratização, para evitar a concretização da regionalização, assegurando o controlo dos fundos comunitários num processo nada transparente, que não corresponde aos planos regionais aprovados pelas populações.

Propomos:

- Combater este processo de descentralização;
- Assumir o compromisso com a defesa de um processo de regionalização democrático, que promova a coesão social e territorial e combata as assimetrias regionais.

6.4. Freguesias: Reverter a lei e respeitar a vontade popular

Em 2013, o Governo, seguindo o memorando da Troika, aprovou a redução do número de freguesias, num processo marcadamente antidemocrático.

A agregação de freguesias ocorreu sem a consulta da população, sendo também esta Lei responsável pela revogação da Lei de criação de freguesias, sem ter sido substituída por outra.

Propomos:

- Respeitar a escolha das populações, que devem ser ouvidas, e lutar para que a Lei Relvas seja revertida;
- Qualificar o apoio das freguesias aos seus municípios em qualidade e regularidade, em colaboração num trabalho conjunto com os autarcas das freguesias;
- Criar espaços do cidadão em cada freguesia, com bons serviços de apoio à população, bem como serviços de médico de família, apoio a idosos e de educação, que sirvam efetivamente e com regularidade todo o concelho, sem discriminar;
- Descentralizar serviços e iniciativas no âmbito da cultura, dos gabinetes de apoio, de sessões públicas entre outros atos e iniciativas;
- Descentralizar investimentos da autarquia a todo o território.



6.5. Reforçar o financiamento das autarquias para melhorar a resposta às populações

As transferências anuais do Orçamento do Estado (OE) constituem parte significativa das receitas dos municípios. Em Torres Vedras esse valor ascende aos 19 milhões de euros.

Os impostos diretos arrecadaram uma receita para a autarquia de 24,5 milhões de euros, enquanto que os indiretos rondam os 900 mil euros.

Propomos:

- Dar prioridade às áreas sociais, ambientais e qualificação dos serviços públicos;
- Lutar pelo cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, atualmente Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) – Lei nº 51/2018 de 16 de agosto;
- Rigor na aplicação de isenções de IMI previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais, recusando o favorecimento a grandes empresas e outras entidades como os fundos imobiliários;
- Não abdicar da taxa normal de Derrama, no âmbito de uma justa progressividade, como forma de comparticipação financeira dos municípios nos lucros obtidos pelas empresas, decorrentes das atividades exercidas no seu território;
- Não abdicar da Taxa de Direitos de Passagem e a de Ocupação do Subsolo, salvaguardando o não agravamento da fatura ao consumidor;
- Aprofundar critérios de justiça social na cobrança de taxas, de acordo com a capacidade económica de empresas e dos próprios cidadãos;
- Reavaliar a fixação de taxas sobre formas de venda ocasional, feiras, ou itinerância, diminuindo as disparidades e incluindo maior justiça.

